

História, memória e oralidade: comunidades impactadas pela modernização agrícola no Ceará

Mário Martins Viana Júnior¹
Jaqueline Bernardo de Almeida
Marcelo de Sousa Lima

Resumo: O presente trabalho busca pôr em discussão os problemas advindos do avanço da modernização agrícola no Ceará nos últimos quarenta anos. Nesse sentido, realizamos ações de pesquisa, extensão e ensino na busca do entendimento e da valorização das identidades, memórias e histórias locais das comunidades agrícolas em conflitos territoriais e impactadas pelo agronegócio e pelas ações do Estado. Para tanto, trabalhamos, por um lado, com as técnicas da história oral e, por outro, com a investigação documental nos acervos oficiais do DNOCS.

Palavras-chave: Comunidades agrícolas; Modernização agrícola; Conflitos territoriais;

Abstract:

This paper aims to discuss the problems that arose from the advancement of agricultural modernization in Ceará over the past forty years. Thus, we performed research, extension and education actions in search of understanding and appreciation of identities, memories and stories of local farming communities that suffered impacts by actions of the agribusiness and by actions of the Brazilian state. We used in these actions, on the one hand, the techniques of oral history and on the other, desk research in official archives of the DNOCS.

Keywords: Agricultural Communities; Agricultural modernization; Territorial conflicts;

INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

Não se trata de um homem que executa trabalhos pesados, de um assalariado [...]. Não é possível saber o que ele é, e menos ainda o que ele deverá ser, se ficarmos presos a ideias como incivilidade, indignidade e menosprezo. Infeliz do país em que o agricultor é, de fato, um homem pobre. Isto só poderia se dar numa nação, também ela pobre, e que se encontrasse numa decadência progressiva de efeitos os mais funestos (SMITH et al., 2001)

¹ Professor Adjunto A do Departamento de História (UFC).

O fragmento de texto acima é parte integrante da *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert. Elaborada no final do século XVIII (1751-1772), é um convite para refletirmos sobre a Economia Política inglesa e a Fisiocracia francesa, ou melhor, sobre um contexto de avanço do liberalismo em contraposição às sociedades de Antigo Regime. Um recorte temporal de multiplicação de ideias econômicas, políticas e sociais que congregavam os anseios das novas classes sociais imbricadas em outras percepções e visões de mundo burguesas materializadas naquele documento.

Não é nosso objetivo, entretanto, promover um amplo debate sobre as ideias que povoavam o imaginário intelectual dos Setecentos. Nossas ações estão albergadas no projeto “Memórias das comunidades impactadas pelos Perímetros Irrigados no Ceará” que, por um lado, toma como recorte temporal de intervenção extensionista e de ações de ensino o tempo presente, enquanto que, por outro lado, se baliza pela pesquisa e análise com uma baliza cronológica mais ampla: os últimos quarentas anos dos projetos de modernização agrícola no Ceará.

Com a fonte acima em destaque queremos apenas assinalar a longevidade dos problemas inerentes a uma forma de pensar e de conceber o agricultor e a agricultura de outrora que, entre muitas transformações e mudanças, guarda similitudes com as concepções atuais. Dito de outra forma: com o passar dos séculos, do liberalismo ao neoliberalismo, trata-se ainda da problemática maior do avanço das relações capitalistas e das transformações por ela impingidas nas diferentes esferas da vida.

Assim, ao invés de buscarmos um mito de origem, o desafio que se interpõe é compreendermos que as ideias e as concepções são produtos dos indivíduos e das relações entre eles em determinados contextos (históricas, portanto). Nesse sentido, assinalamos a importância dos escritos da Economia Clássica e da Fisiocracia por percebermos ali uma ruptura, uma forma de pensar a agricultura diferenciadamente, pois inseparável do modo de conceber a produção:

“[os fisiocratas] propuseram a substituição da agricultura em pequena escala e ineficiente, então vigente, pela agricultura capitalista em grande escala”, observando a necessidade de que “o agricultor seja um grande proprietário, tanto para dotar a sua propriedade de animais e instrumentos, quanto para atender às despesas diárias [...]” (HUNT, 1982, p. 57; SMITH et al, 2001, p. 211).

Grosso modo, esse entendimento completava-se pela ideia de que a verdadeira riqueza das nações advinha das terras elegendo os agricultores como uma classe de homens dignos de consideração por parte do governo. Tal consideração deveria se materializar na liberdade das ações desses indivíduos, tanto no âmbito da produção e da comercialização como na esfera da tributação. Com a conjunção da propriedade e da liberdade, livre de impostos e de quaisquer restrições político-econômicas, os agricultores, enquanto classe, alcançariam as máximas das proposições liberais.

No Brasil, o intelectual pioneiro em desmistificar a pretensa harmonia e naturalização dessas ideias foi Caio Prado Júnior. Em 1933, esse historiador nos apresentava a sua obra *Evolução Política do Brasil*. Dentre as muitas qualidades inerentes à sua síntese, destacava a necessidade e a importância de refletirmos sobre a construção territorial do nosso país sob a ótica das relações de classe. Assim, propunha um exercício mental diferente que questionava o latifúndio como uma simples disposição matemática ou espacial de terra:

[...] o que interessa não é o número de léguas de cada propriedade, o que afinal é uma simples expressão matemática, e nada nos diz sobre o caráter da economia agrária colonial. O importante é saber o que nela predomina, se a grande exploração agrícola, isto é, que reúne grande número de pessoas, trabalhando conjuntamente, ou se pelo contrário se funda no trabalho individual de pequenos agricultores autônomos, que lavram eles mesmos terras próprias ou arrendadas” (PRADO JÚNIOR, 2007, p. 18).

O deslocamento de análise proposto pelo autor nos anos 1930 é ainda bastante pertinente para pensarmos a nossa sociedade atual. Afinal, como ocorre a exploração agrícola e como se dão as relações de trabalho no campo? Qual o formato da divisão territorial do país e do Ceará? De que forma as pessoas têm acesso a terra? Qual o papel do Estado nesses processos? De que maneira são produzidos os alimentos que consumimos cotidianamente? Como os indivíduos se abastecem de comida, ou melhor, o que acontece quando essa função, após ser majoritariamente “cumprida pela classe dos camponeses que constituíam a maioria de suas sociedades (desde a revolução neolítica), passa a ser desempenhada por pequenos grupos de outros tipos de produtores e pode vir a ser desempenhada de forma não agrícola[?]” (HOBSBAWM, 1998, p. 90).

Segundo Marcel Burstyn (2008, p. 112), os anos de 1970 marcaram uma nova estratégia do Estado brasileiro em relação à região Nordeste do país. Ao invés de intervenções pontuais e não sistemáticas, a ação estatal começou a orbitar de forma mais

incisiva no patrocínio planejado da modernização agrícola com foco na irrigação e nos “estímulos à produção para o mercado e à criação de uma mentalidade empresarial entre os pequenos produtores”. Enquanto um “capitalista coletivo” ou um “sócio filantropo”, o Estado surgiu como ferramenta importantíssima de avanço das relações capitalistas na região através de diversas instituições (SUDENE, INCRA, DNOCS, CODEVASF, etc.), programas e projetos (PIN, PROTERRA, PDRIS, Projeto Sertanejo, etc.)².

Em nosso horizonte de pesquisa e de atuação extensionista interessa observar o momento em que o Estado passa a atuar como maestro das intervenções estruturais, sobretudo com o processo de criação dos “Perímetros Irrigados”, obras que visavam garantir a segurança hídrica de partes da região:

O DNOCS desapropria as terras irrigáveis das imediações dos açudes; em seguida, são executados os trabalhos de sistematização do solo, de construção dos canais de irrigação e da rede de drenagem; uma vez feito isso a terra é subdividida em lotes (construções de habitações, rede elétrica, vias de comunicação, comércio, escolas, instalações para a administração e para as atividades coletivas, etc.). O passo seguinte, e talvez o mais complicado, é o da escolha das famílias que deverão ocupar os lotes irrigados. Segundo a nomenclatura oficial, os produtores dos “perímetros” são chamados “colonos” ou “irrigantes”, fato que permite, desde o início, a diferenciação entre esta categoria e os produtores tradicionais (BURSZTYN, 2008, p.113).

No Estado do Ceará existem 14 Perímetros Irrigados³ construídos pelo DNOCS. O Perímetro de Morada Nova foi o pioneiro, sendo erigido sob a lógica do dirigismo estatal de transformar pequenos agricultores em produtores capitalistas, isto é, de desfazer toda a lógica de produção tradicional e de impingir um comportamento individualista, uma racionalidade técnica e uma ideologia de competição entre os agricultores, os quais, quando não simplesmente expulsos da terra, foram transmutados em colonos.

Se a década de 1970 havia sido marcada pela lógica desenvolvimentista de busca de salvação do Nordeste através da modernização agrícola, os anos de 1980 em diante

² Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE-1958), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá-1970), Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS-1909), Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF-1975), Programa de Integração Nacional (PIN), Programa de Redistribuição de Terras no Nordeste (Proterra), Projetos de Desenvolvimento Racional da Irrigação (PDRIS).

³ Araras Norte, Ayres de Souza, Baixo Acaraú, Curu-Paraipaba, Curu-Pentecoste, Ema, Forquilha, Icó-Lima Campos, Jaguaribe-Apodi, Jaguaruana, Morada Nova, Quixabinha, Tabuleiros de Russas e Várzea do Boi. Disponível em http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros_irrigados/ce.htm. Acesso em: 28/08/2014.

seriam caracterizados pelo avanço das práticas e políticas neoliberais. Enquanto, por um lado, a salvação através da modernização agrícola foi substituída pela estratégia de assistência social, por outro lado, os Perímetros passaram a ser alvo do capital privado: o empresariado com 25% das terras desapropriadas passou a ocupar 50% dos lotes.⁴

Seguindo as diretrizes da Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997, que instituía a Política Nacional de Recursos Hídricos, o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e o DNOCS apresentaram em março daquele ano o documento intitulado “O Novo Modelo de Irrigação”. Nele, assinalava-se o insucesso do modelo anterior em virtude de três causas básicas: os critérios imperfeitos de seleção dos irrigantes; a inaptidão tecnológica e a falta de capacidade gerencial; e o paternalismo nas relações entre Estado e assentados. As terras do campo se abriam para a implementação agressiva da nova lógica de interesses do grande capital:

A “ideia-força” que preside a proposta de ampliação da participação empresarial nos projetos públicos de irrigação, é a de que as empresas desempenhem o papel de “âncoras”, implementando novas tecnologias, transformando o perfil cultural dos projetos, contribuindo para o incremento da produção e produtividade [...].⁵

Estimulava-se mais do que nunca a lógica da livre-concorrência com forte crítica aos agricultores não capazes, isto é, aos modos tradicionais de homens e mulheres se relacionarem com as suas terras de cultivo e criação. A lógica neoliberal, que ditava as ações do Estado mínimo através do DNOCS e com financiamentos do Banco Mundial, não permitia espaço para o “Estado-produtor” e o “Estado-tutelador”. Garantida a maior inserção da iniciativa privada por meio da inclusão de lotes empresariais nos projetos públicos de irrigação, caberia ao pequeno agricultor concorrer em termos “equitativos” com a mais robusta empresa de agronegócio. Eis os termos da “igualdade” nos princípios neoliberais aplicados ao semiárido nordestino.

As consequências não poderiam ser piores para as comunidades que viviam nas áreas a serem instalados os Perímetros (e também as Barragens). Desde a insistente aliciação cotidiana para desocupação das terras, passando pela concretização da

⁴ “A Lei nº 6.662, de 1979, denominada Lei de Irrigação, determinava que 25% das terras desapropriadas para os projetos de irrigação poderiam se destinar à iniciativa privada. A Lei 9.433, de 08/01/1997, altera esse percentual para até 50%” (BRAGA, 2003, p. 58).

⁵ BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA). Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas (DNOCS). *O Novo Modelo de Irrigação & os principais perímetros públicos em fase de implementação/ampliação pelo DNOCS e Secretaria de Recursos do MMA*. ? : 1997, p. 1.

expropriação, pela submissão a empregos precários, até a exposição a agrotóxicos e o aumento da mortalidade por diferentes tipos de doenças, como a neoplasia⁶, entre muitos outros fatores, os moradores(as) dessas regiões tiveram seus modos de vida intensamente alterados.

O Perímetro Irrigado do Jaguaribe-Apodi (PIJA), que recebe águas do Açude Castanhão e que está localizado no município de Limoeiro do Norte, é um exemplo significativo onde ocorreram/ocorrem muitos desses aspectos degradantes para os moradores locais. Segundo Freitas (2010):

Do total de 116 pequenos agricultores (irrigantes) da área-piloto (área com lotes de quatro e 16 hectares), permaneceram no projeto, em 2009, apenas dois, representando uma expropriação de 98%. Restavam assim, apenas 2% no projeto, ou seja, dos 334 ocupantes oficiais, apenas 0,6% desse número faziam parte dos selecionados em 1992 (p. 101).

Após a expropriação, dois fenômenos, decorrentes desse processo, podem ser observados: o primeiro é a redução das áreas daqueles agricultores resistentes [...]; o segundo é a ampliação exponencial das áreas de médios/grandes produtores e das empresas, levando à concentração de terra, que se projeta por meio da compra da posse ou da invasão (p. 103).

Para além dos impactos materiais, as comunidades de moradores rurais sofreram uma pluralidade de ataques aos seus aspectos culturais em prol do famigerado discurso de desenvolvimento e da modernização do campo, com destaque para o segmento da fruticultura. Nesse sentido, a imagem que paulatinamente foi projetada e construída sobre o Ceará para o restante do país e para o mundo é bem peculiar:

É a fruticultura irrigada cearense de alta tecnologia que detém os números mais expressivos da agricultura cearense, tornando o Estado o 3º maior exportador brasileiro de frutas frescas, exportando US\$ 102,4 milhões de 2011 e US\$ 108,2 milhões em 2012, depois de ter chegado a exportar US\$ 131 milhões em 2008, antes de crise mundial. No primeiro semestre de 2013, já exportou 10,5% a mais de frutas frescas que no mesmo período do ano passado, tendo os melões e bananas como principais produtos da pauta.⁷

⁶ “Os resultados das análises realizadas no grupo de municípios em processo de modernização agrícola, com expansão das atividades de agronegócio e uso intensivo de agrotóxicos, comparados ao grupo de municípios que praticam a agricultura familiar tradicional, popularmente conhecida como agricultura de sequeiro, evidenciam tendência crescente, com variação positiva indicando incremento anual para as internações e óbitos por neoplasia e óbitos fetais.” (RIGOTTO et al, 2013, p. 768)

⁷ Ceará. Governo do Estado do Ceará. Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico. Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (Adece). Agronegócio. Frutas. Disponível em: <http://www.adece.ce.gov.br/index.php/agronegocio/fruticultura>. Acesso em 28/08/2014.

Ainda que assolado por severa estiagem, em 2013, o Ceará ocupou a primeira posição no *ranking* nacional em exportação de melão, sendo este seguido pela melancia, banana, manga e mamão.⁸ Assim, a imagem do semiárido assolado pela seca foi eclipsada pelas elevadas taxas de produção que, ao invés de atenderem as necessidades locais, foram direcionadas para o mercado internacional.

Nesse sentido, interpomos uma questão: como somos conduzidos a enxergar e a registrar em nossas memórias, a atuação do Estado no semiárido? Como são construídos e quais são os registros escritos e audiovisuais sobre o avanço da modernização agrícola no interior do Estado? Nas representações criadas sobre esses processos históricos haveria lugar para as tradições e costumes dos agricultores(as), tidos como atrasados e rudimentares pelo discurso oficial do DNOCS?

Em nossa investigação destacamos uma ferramenta importante utilizada pelo DNOCS na construção de um imaginário regional: o Programa de Televisão Conhecer. Iniciado em 2008, o Programa Conhecer, ainda exibido pela TV Diário, recebia patrocínio do DNOCS, do Ministério da Integração Nacional, do Banco do Nordeste e do Governo do Estado do Ceará. Em suas inúmeras edições, buscava-se levar o telespectador a conhecer as diversas benfeitorias realizadas pelo DNOCS em todo o Estado. Como que em uma viagem no espaço e no tempo, o público visualizava os vários açudes, barragens e perímetros irrigados, além da ampla extensão tecnológica responsável pela diversificação de produção: aquicultura, piscicultura, carcinicultura, fruticultura, entre muitas outras.

Embora com diferentes temáticas, a lógica que perpassava o programa era a do favorecimento do homem do campo, atrasado, com o progresso promovido pelos homens da ciência que chegava para lhe socorrer e otimizar a sua produção. Mesmo as situações de conflito latente eram amortizadas e harmonizadas pelos discursos técnicos e científicos do progresso. Na edição sobre a construção da barragem do Figueiredo as obras eram apresentadas como a “poeira do progresso”⁹. Esta construção atingiu diretamente as comunidades de Lapa, em Potiretama, o distrito de São José dos Famas,

⁸ O Estado. Fruticultura acelera a economia do Ceará, 14/01/2013. Disponível em: <http://www.oestadoce.com.br/noticia/fruticultura-acelera-economia-do-ceara>. Acesso em: 28/09/2013.

⁹ Programa Conhecer. 20/12/2008.

o Assentamento Boa Esperança e a região de Água Nova, em Iracema¹⁰; e representou uma interferência sem precedentes no presente dos moradores locais que foram removidas para casas inapropriadas (ainda hoje falta energia e água encanada) e nas relações que aqueles estabeleciam com o passado, haja vista que o cemitério São José dos Famas ficou debaixo das águas da barragem, antes que os indivíduos pudessem retirar os restos mortais de seus entes.

Diante dessa constatação e de inúmeras outras identificadas nas pesquisas sobre os Perímetros Irrigados no Ceará, por um lado, observamos as tentativas do Estado e da União de forjar uma identidade específica sobre o homem e a mulher do campo, a partir de um conjunto de elementos materiais e imateriais que configuravam/configuram uma memória oficial, uma forma de lembrar verticalizada e amplamente divulgada.

Por outro lado, em nossos trabalhos de campo desenvolvidos nos territórios impactados pelo Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodí e pela Barragem do Figueiredo, observamos um pipocar de memórias, diferentes e destoantes da forma oficial de lembrar. Identificando-se entre si pela resistência aos problemas trazidos pelo famigerado “progresso” e pela tentativa de manutenção dos seus modos de vida tradicionais, encontramos formas de luta que buscam conter, impedir ou simplesmente minimizar o avanço do capital sobre as relações e modos de vida camponeses.

E é justamente nesse movimento dinâmico e conflitivo, longe da letargia e harmonia sugeridas pelos discursos e memórias oficiais que localizamos nossas ações de pesquisa, ensino e extensão. O sentido da proposta é o de identificar, registrar, valorizar e explicitar as memórias e histórias locais, as tradições e modos de vida camponeses, ameaçados pela modernização agrícola. Buscamos, assim, preservar e garantir o direito à memória das pessoas no semiárido cearense, respeitando a diversidade cultural (o saber-fazer agrícola) e reforçando formações identitárias no combate às adversidades.

METODOLOGIA

¹⁰ FIOCRUZ. Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. Disponível em: <http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=344>. Acesso em: 28/09/2014.

Para o desenvolvimento deste trabalho aproximamo-nos dos estudos sobre memória e identidade, dos procedimentos da história oral e dos princípios da educação popular. Ao buscarmos mapear e registrar as diferentes memórias construídas a partir do avanço das Barragens e dos Perímetros Irrigados no Ceará, estabelecemos diálogo com D'Alessio (1998) por significarmos a memória como uma importante ferramenta para a recuperação das identidades ameaçadas.

Dessa maneira, as mudanças impingidas pela modernização agrícola são tratadas aqui como formas de aceleração da história que drasticamente alteram, por um lado, a relação do indivíduo com o tempo e que, por outro lado, possuem um efeito devastador e destruidor sobre o espaço, significado com um dos principais pilares da identidade: “Perdido o espaço, a identidade vacila à medida que tempo/espaço compõem o quadro no interior do qual o sujeito se re-conhece” (D’ALESSIO, 1998, p. 273).

No contexto assinalado, os prejuízos do espaço e do tempo diante do avanço do agronegócio podem ser observados entre os indivíduos como fragmentação, perda de identidade e ameaça à memória, materializados na destruição de suas comunidades tradicionais. Entretanto, não se trata de pensar que exista uma memória e identidade únicas passíveis de serem desveladas e devolvidas às comunidades pelo projeto.

De acordo com Pollak (1992) se, por um lado, a memória é seletiva, instável, imersa em campos de disputa, um fenômeno construído historicamente (consciente e inconscientemente), ela é também “um elemento constituinte do sentimento de identidade [por ser] um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992:5).

Assim, tal proposição nos possibilita pensar a memória tanto como instrumento de reconstrução da vida como alternativa e possibilidade de perceber as diferenças entre os indivíduos, entre as comunidades e entre estes e a memória oficial construída sobre a construção e o funcionamento dos Perímetros Irrigados. Ademais, viabiliza a investigação das múltiplas formas identitárias, das imagens construídas de si, para si e para os outros, através das memórias daqueles indivíduos que já foram deslocados (comunidades da Chapada do Apodi), dos que estão em processo de reassentamento (comunidades do Tabuleiro de Russas) e daqueles que estão sob a ameaça de serem

retirados de suas comunidades tradicionais (comunidades circunvizinhas à Barragem do Figueiredo).

O trabalho com as memórias das comunidades é realizado aqui de diferentes formas. Inicialmente, nos debruçamos sobre os conjuntos de documentos produzidos pelo DNOCS na implementação dos Perímetros/Barragens. Assim, tivemos acesso a uma diversidade de fontes que nos permitiram identificar não apenas os agricultores(as) expropriados, mas os seus modos de vida, as suas estruturas familiares, o nível de escolaridade dos indivíduos, o que plantavam, criavam, como era o acesso a terra, como era a cultura material, entre muitas outras informações.

Para a coleta e análise dessas informações nos apropriamos de um programa gratuito, construído *Centers for Disease Control and Prevention*¹¹ (CDC) e bastante utilizado na área da saúde, principalmente pela Epidemiologia: “Epi Info”. A versatilidade do programa permitiu a criação de uma máscara específica para os dados a serem coletados, isto é, uma adaptação aos interesses de nossa pesquisa com a expectativa de ampliar nossa percepção sobre as dinâmicas, os modos de vida, a cultura material, entre outros aspectos dos tempos pretéritos às construções hídricas.¹²

Em paralelo, participamos de um conjunto de atividades distintas organizadas pela Cáritas Diocesana, do município de Limoeiro do Norte, para as comunidades atingidas pelas políticas de irrigação. Reuniões, planejamentos, formações, protestos, entre outros, foram momentos importantíssimos para o entendimento dos problemas pelos quais os diferentes territórios passavam/passam. A partir dessa experiência podemos identificar os sujeitos em potencial para futuras entrevistas.

Nesse sentido, aproximamo-nos da História Oral, tomada aqui como “uma técnica qualitativa praticada com um certo tipo de fontes, as orais”(ARÓSTEGUI, 2006:532), cuja peculiaridade fundamental está na construção de suas próprias fontes. Para além da discussão sobre a hierarquização entre documentos escritos e orais (PORTELLI, 1997), interessa-nos destacar as possibilidades de pesquisa abertas pela História Oral, ao tocar em campos antes inexplorados, a exemplo da vida diária dos

¹¹ Centro para o controle e prevenção de doenças.

¹² Agradecemos ao prof. Marcelo Ferreira da Faculdade de Medicina (UFC) por ter colaborado nesse processo.

grupos não hegemônicos, do estudo dos(as) marginalizados(as) ou em vias de desaparecimento, dos analfabetos e da construção da história local.

Construímos nossa pesquisa e ação extensionista observando os cuidados metodológicos próprios no trato das fontes orais assinalados por Alberti (2005), tais como: escolha do método, dos entrevistados, da equipe, do equipamento, da construção do roteiro, da elaboração de transcrição e da carta de cessão. Mas longe de focarmos apenas os aspectos técnicos desse procedimento buscamos observar e destacar a importância que a oralidade tem ou poderia ter na vida dos indivíduos.

Assim, atuamos em duas linhas de ação extensionista. Por um lado, promovemos nas comunidades da região do Médio Jaguaribe um conjunto de oficinas intitulado “Memória e oralidade” com o objetivo primeiro de compreender o conceito de memória, a partir das próprias práticas e falas dos indivíduos para, em seguida, problematizarmos a preservação da memória e sua importância como aporte identitário. Aproximamo-nos, então, da “educação popular” ao trabalharmos com os participantes das oficinas em torno de “objetos geradores” de memórias, estimulando-lhes uma educação dos sentidos a partir do contato com esses objetos de forma diferenciada, suscitando-lhes questionamentos e reflexões (RAMOS, 2004).

Nessa trajetória, nos apropriamos do trabalho de Ramos (2004) sobre os “objetos geradores” que permitem a ampliação da leitura do mundo e a saída do presentismo no qual os sujeitos podem estar imersos. Assim, observamos com cuidado a escolha dos objetos, a condução da reflexão e do debate, o envolvimento coletivo, entre outras dinâmicas que auxiliam a dilatar a dimensão temporal e espacial dos envolvidos, bem como a sua consciência crítica e histórica.

O entendimento desses e por esses sujeitos como partícipes da história, cujas ações e memórias foram negadas ou negligenciadas pela história e memória oficial, produzidas deliberadamente pelo Estado, permite que eles elenquem o que achavam importante lembrar (e esquecer). Dito de outra forma: (re)constróem um conjunto de memórias locais que na maioria das vezes se contrapõe à memória oficial do DNOCS, e que serve como elemento fomentador de laços identitários tanto entre os indivíduos das mesmas comunidades como entre aqueles(as) de comunidades diferentes.

Nesse processo, buscamos auxiliar e estimular os sujeitos a (re)elaborarem representações de si e dos outros no sentido de combater a “amnésia social” impetrada sobre eles:

Para escrever sobre essa história é preciso, portanto, antes de tudo, refletir sobre a impositiva produção dessa “amnésia social” ou dessa perspectiva unidimensional e essencializada, que apaga a presença do campesinato e oculta ou minimiza os movimentos sociais dos camponeses brasileiros, consagrando – com tradição inventada – a noção do caráter cordato e pacífico do homem do campo (WELCH, 2009, p. 12).

Rompida essa imagem autoritária, construída de fora, os participantes da oficina são estimulados a utilizarem a linguagem do teatro para divulgar as memórias e as representações construídas e evidenciadas sobre si. Metodologicamente, optamos pelo “teatro de animação” com foco da produção de fantoches, em virtude da experiência de alguns jovens na elaboração desses bonecos estimulada pela Cáritas Diocesana. Nesse sentido, separamos os participantes e grupos e solicitamos que cada equipe elaborasse um roteiro de diálogo entre os fantoches com temáticas específicas e previamente definidas.

O objetivo dessa atividade é tornar os participantes do curso sujeitos multiplicadores de atividades culturais em torno das memórias locais em outros espaços. Assim, por exemplo, levamos essa dinâmica para os “Encontros dos Territórios”, objetos de nossa segunda linha de ação extensionista. Nesses momentos, periodicamente promovidos pela Cáritas Diocesana, os sujeitos dos diferentes territórios se encontram para partilharem experiências e conhecimentos, fazerem avaliações e debaterem sobre problemas, desafios e formas de organização e enfrentamento, ou simplesmente “fortalecer a articulação entre as áreas de conflito através de ações integradas criando vínculos entre as pessoas atingidas pelos grandes projetos”¹³.

Esses espaços se mostram bastantes oportunos para a exibição de vídeos produzidos anteriormente pelo nosso grupo. Metodologicamente, intentamos contribuir, inclusive, para a discussão e o delineamento de um método ainda em fase de elaboração e discussão conceitual que relaciona oralidade e visualidade/imagem no campo da história: vídeo-história, escrita videográfica e história audiovisual (MAGER, 2013; MAUAD, 2010).

¹³ Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte. Programação do Intercâmbio formativo dos agricultores de Potiretama ao projeto Tabuleiros de Russas. 23 e 24 de julho de 2014.

Assim, por um lado, como objeto da pesquisa, buscamos analisar através da filmagem as performances, os diálogos e os corpos, o que torna possível a resolução de uma debilidade metodológica própria da oralidade, mas que suscita outras problemáticas colocadas pelo novo suporte imagético a serem pensadas ao longo do trabalho:

Com o uso do vídeo é preciso um cuidado ainda maior para evitar ceder à imediaticidade da presença e força afetiva dos depoimentos. É preciso pensar a produção de um vídeo de história como se pensa o texto historiográfico, problematizando as fontes e o suporte. (MAGER, 2013:6)

Por outro lado, como objeto da ação extensionista e em paralelo a atividade com os fantoches, utilizamos o vídeo como elemento condensador de informações históricas de uma determinada região para comunicá-las a outros territórios. Os objetivos básicos são o de promover o amplo debate, instigar a reflexão dos sujeitos sobre os problemas comuns advindos das grandes obras hídricas, atentar para a importância das memórias e histórias locais, entre vários outros aspectos que venham a tomar forma na fala dos sujeitos.

Em um e em outro caso o objetivo é dar vazão às memórias represadas e alagadas pelas barragens discursivas oficiais que buscam imprimir não apenas novos modos de vida, mas referenciais culturais, memórias e identidades exógenas às comunidades rurais. Diante dessa realidade o vídeo cumpre uma função importante, tanto em virtude de sua inteligibilidade em relação a outras formas tradicionais de comunicação e história, como em razão da sua potencialidade de análise, de contra-análise, de contra-memória-história-oficiais:

Enfim, existem filmes nos quais a vontade explícita de desmascarar os funcionamentos ocultos de uma sociedade, já que seus aspectos visíveis constituem elementos da história tradicional, acaba realizando uma obra de contra-história, que ergue contra si todos os sistemas institucionais [...] (FERRO, 1989, p. 185).

Nesse processo extensionista e investigativo, alinhamos mais uma vez nosso pensamento com o de Portelli (1997) ao percebermos que a restituição às comunidades deve extrapolar o âmbito material (simples devolução de áudios e vídeos) e se expressar, por exemplo, em atividades educativas. Ações que representem oportunidades de os indivíduos organizarem seus conhecimentos e proporem outras interpretações de si, sobre suas vidas, além de tornarem possível que outras pessoas

externas às comunidades conheçam suas experiências, de “levá-la para fora, pôr fim à sua sensação de isolamento e impotência” (PORTELLI, 1997:31).

Por fim, atuamos em parceria com a Cáritas Diocesana na elaboração de elaborar materiais didáticos que potencializassem, no âmbito do ensino, as aprendizagens concretizadas nas oficinas e nos intercâmbios entre os territórios. Para tanto, dialogamos com os trabalhos de Abreu e Soihet (2003), Schmidt e Braga (2006), Cerri (2011) e algumas das recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) sobre o trabalho com memória.

A proposta é elaborar um material que possibilite contrastar as diferentes memórias evidenciadas pela equipe de trabalho ao longo da atividade de campo, a fim de retirar os jovens do “presente contínuo, [e aguçar-lhes] a sensibilidade em relação ao passado e à compreensão da dinâmica do tempo” (CERRI, 2011: 116), considerando como um dos objetivos do “ensino da História a superação da passividade dos alunos frente à realidade social e ao próprio conhecimento” (BRASIL, 2006:74), levando-lhes ainda ao desenvolvimento de habilidades e competências (de experiência, de interpretação e de orientação) que favoreçam o desenvolvimento de uma consciência histórica de tipo crítica.

Em suma, estabelecemos um movimento paulatino que busca contemplar (1) a pesquisa através da coleta de informações e dados nos acervos do DNOCS sobre as comunidades impactadas; (2) as atividades extensionistas, no âmbito das oficinas e dos intercâmbios, desenvolvidas nas comunidades da Chapada do Apodi e de Potiretama, através da produção de vídeos e de apresentações teatrais de bonecos e; (3) o ensino em virtude da elaboração de materiais didáticos (cartilhas) que contemplassem as memórias evidenciadas como significativas pelos próprios sujeitos das comunidades.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha; SOIHET, Raquel (orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. São Paulo: Edusc, 2006.
- BRAGA, Ana Maria de Fátima Afonso. *Tradição camponesa e modernização: experiências e memória dos colonos do perímetro irrigado de Morada Nova – CE*. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História Social – Universidade Federal do Ceará, 2003.

- BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos: planejamento, e clientelismo no Nordeste*. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.
- CERRI, Luís Fernando. *Ensino de história e consciência histórica*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- D'ALESSIO, Marcia Mansor. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. *Projeto História*, São Paulo (17), nov., 1998.
- FERRO, Marc. "Há uma visão fílmica da história?". In: BRAUDEL, Fernand. *Uma lição de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. *Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará*. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2010.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MAGER, Juliana Muylaert. Entre o olhar e a escuta: documentário e vídeo-história. In: *XXVII Simpósio Nacional de História*, 2013, Natal. Anais... Natal, 2013.
- MAUAD, Ana Maria. Fontes de memória e o conceito de escrita videográfica: a propósito da fatura do texto videográfico: Milton Guran em três tempos (LABHOI, 2010). *História oral*, Vol. 1, N. 13, 2010, p. 141-151.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, 1989.
- _____. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*, São Paulo (15), abril, 1997.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil: colônia e império*. 21º ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de História*. Chapecó: Argos, 2004.
- RIGOTTO, Raquel [et al]. Tendências de agravos crônicos à saúde associados a agrotóxicos em região de fruticultura no Ceará, Brasil. *Revista Brasileira Epidemiol*, 2013, 16(3): 763-73.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; GARCIA, Tânia Maria F. Braga. *Consciência histórica e crítica em aulas de história*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.
- WELCH, Clifford A [et al] (org.) *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural, 2009.